

FAMÍLIAS E TERRITÓRIOS: DIÁLOGOS NECESSÁRIOS

Neves Maria de Santana Silva¹

Resumo: Este estudo tem como objetivo verificar as violações de direitos presentes no território de moradia das famílias acompanhadas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) do Recife a partir da análise de dados de pesquisa qualitativa. Entende-se por território o espaço geográfico de moradia assentado no campo das relações humanas e sociais. Nesse lugar, se conflui diálogos de grupos na construção de identidades com características da cultura local, hábitos, costumes. Nesse espaço de interlocução emergem lutas, conflitos, organização comunitária, lideranças. A crise socioeconômica brasileira agrava a situação de pobreza em determinados territórios potencialmente marcados pela violência social. São famílias que se encontram em espaços geográficos que vivem os desafios cotidianos da luta por sobrevivência no direito à dignidade humana: moradia, saúde, lazer, educação, trabalho e renda, transporte coletivo. A Emenda Constitucional 95/2016, política proposta que reduz os investimentos das políticas públicas sociais e traz o agravamento das violações de direitos: trabalho infantil, mendicância, aliciamento para o tráfico de drogas, crianças e adolescentes em situação de rua. Portanto, o estudo teve como investigação o campo do risco social que permeiam as relações nos territórios de Santo Amaro e Joana Bezerra, local de moradia das famílias acompanhadas pelos profissionais da Assistência Social. Esses bairros são recortados pelas situações de pobreza e violência visíveis no cotidiano da periferia do Recife. Para tanto, buscou-se problematizar a seguinte questão: Quais as violências que se apresentam no cotidiano do território de moradia? Nessa direção, merece atenção os dados produzidos pelo estudo do Atlas da Violência: retrato dos municípios brasileiros, 2019 ao apontar os índices de violência letal na cidade do Recife na totalidade de todos os bairros. A importância desse trabalho nos faz pensar as violações de direitos nos territórios periféricos que segregam vidas à situação de morte.

Palavras-chave: Território; Violações de direitos; Famílias.

INTRODUÇÃO

O território enquanto espaço geográfico de moradia está assentado no campo das relações humanas e sociais. Nesse lugar, se conflui diálogos de grupos na construção de identidades próprias com características da cultura local, dos hábitos, dos costumes. É, também, nesse espaço de interlocução que emergem lutas, conflitos, organização comunitária, lideranças.

O território é o lugar de pertencimento, de troca de saber, de histórias. Na perspectiva de valorar as raízes do lugar em que se vive, o território também é espaço de disputa de representação e poder político que é tensionado pelos interesses de classes sociais.

Nessa perspectiva, busca-se o conceito de território enquanto categoria analítica a partir de Santos (2007, p. 13): “O território é o lugar em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realize a partir das manifestações de sua existência”.

Diante da estrutura socioeconômica do Brasil, tem-se fortemente a pobreza urbana em determinados territórios potencialmente marcada pela violência social. São famílias que se encontram em espaços geográficos que vivem os desafios cotidianos da luta por sobrevivência no direito à dignidade humana: a moradia, a saúde, ao lazer, a educação, ao trabalho e renda, transporte coletivo.

¹ Assistente Social. Mestranda em Direitos Humanos, PPGDH/UFPE. E-mail: nevensantana01@gmail.com

Vários são os recortes das situações de pobreza vistas no território: trabalho infantil, mendicância, aliciamento para o tráfico, abuso e exploração sexual, usuários em situação de rua. Em outro recorte da visibilidade das más condições de vida no território pode-se apontar: moradias sem saneamento básico, sistema precário de água potável e coleta de lixo, iluminação pública insuficiente, ausência de área de lazer, pouca estrutura de aparelhamento da prestação de serviços de saúde e educação.

Essa questão é problematizada a partir do conceito que se tem sobre pobreza na perspectiva de Santos (2015) ao revelar o viés da pobreza estrutural globalizada produzida resultante da ação de um sistema de ação deliberada da relação capital versus trabalho.

Em face dessas questões, a realidade social das famílias que vivem nesses territórios se torna perversa e desnordeadora. É preciso construir diálogos possíveis com as famílias no ímpeto da consciência comunitária da mudança social de não perder a indignação na luta por cidadania.

O entendimento sistemático das situações e a correspondente sistematicidade das manifestações de inconformidade constituem, via de regra, um processo lento. Mas isso não impede que, no âmago da sociedade, já se estejam, aqui e ali, levantando vulcões, mesmo que ainda pareçam silenciosos e dormentes (SANTOS, 2015, p. 134).

No campo da implementação de políticas sociais, as diretrizes são determinadas por forças políticas no sentido de torná-las universalizantes ou fragmentadas. Na gestão da política pública, o conceito de território é trabalhado no estudo de levantamentos de diagnósticos e indicadores no planejamento, execução e avaliação das ações dos programas e projetos sociais. Nessa perspectiva, a participação política da sociedade civil conduz ao controle social na destinação do orçamento público.

Para tanto, buscou-se problematizar a seguinte questão: Quais as violências que se apresentam no cotidiano do território de moradia? Portanto, o estudo teve como investigação o campo do risco social que permeiam as relações nos territórios de Santo Amaro e Joana Bezerra, local de moradia das famílias atendidas pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) Recife com o objetivo verificar as situações de violações de direitos no cotidiano das famílias nos territórios de Santo Amaro e Joana Bezerra. Esses bairros se diferenciam pelas situações de pobreza e violência visíveis no cotidiano da periferia do Recife.

TÉCNICAS DE COLETA DE DADOS UTILIZADAS

Primeiramente, recorreu-se a importância da análise de documento na possibilidade de “dispositivos comunicativos” que gera dados, e também, na estratégia complementar para outros métodos qualitativos (Flick, 2009). Sendo assim, buscou-se alguns dados do relatório do Atlas da

Violência: retratos dos municípios brasileiros, produzido pelo Ipea, 2019, visto que esse documento é instrutivo para a compreensão da realidade social dos territórios periféricos.

Nessa direção, retomando o conceito de Flick (2009, p. 232) na utilização de documentos como dados, o autor adverte que os “documentos não são somente uma simples representação dos fatos ou da realidade”. Portanto, a intenção desse estudo no apanhado dos dados do relatório do Atlas da violência: retratos dos municípios brasileiros se deteve a observar alguns dados referentes à violência social com destaque ao território do nordeste, estado de Pernambuco, Recife. Importante ressaltar no documento, a categoria conceitual “território” tem destaque nos dados da violência letal localizados nas regiões norte, nordeste. Esse achado é importante no diagnóstico do recorte da violência no território da pesquisa, no caso os bairros de Santo Amaro e Joana Bezerra.

Portanto, avaliamos o uso dos dados do referido documento como importante recurso tendo em vista ser necessário observar os critérios na seleção de documentos (Flick, 2009, p. 233): autenticidade; credibilidade; representatividade; significação. Ainda, segundo o autor, a decisão do uso de documento serve para contextualizar informações. Nesse entendimento, usou-se algumas informações dos dados do documento Atlas da violência: retratos dos municípios brasileiros na perspectiva de um maior entendimento dos resultados das entrevistas no processo de discussão do problema ora proposto.

Em seguida, optou-se pelo método da entrevista aberta tendo como direcionamento o que diz Rosenthal (2014, p. 175): “A ideia de que perguntas não devem ser muito complexas ou muito longas, e que devem ter como referência a linguagem cotidiana do entrevistado, não é própria a uma forma específica da realização de entrevistas, tampouco a alguma teoria”. Nessa perspectiva, teve-se o cuidado de chegar até as entrevistadas, moradoras das comunidades selecionadas, para abordar o tema da violência nas relações de convívio no território sem o olhar de estranhamentos do modo de vida.

A coleta de dados se deu nas entrevistas com duas usuárias atendidas pelo CREAS: L.M.L (38 anos), raça/cor preta, cursou o 4º ano do ensino fundamental, usuária dos benefícios eventuais da política de assistência social e moradora da comunidade Ilha de Santa Terezinha, comunidade do bairro de Santo Amaro/ Recife; C.C.S (16 anos), raça/cor parda, cursa o 5º ano do ensino fundamental, moradora da comunidade do bairro de Joana Bezerra/Recife.

As entrevistas ocorreram no espaço do CREAS devido aos limites de circunstância local/tempo de se aprofundar o contato com as entrevistadas, então, o diálogo foi embasado pelas questões: Como você entende a violência? Se estar presente no território de moradia?

Vale ressaltar que os dados das entrevistas foram substancialmente por registros das anotações das falas, pois teve-se a precaução de não se fazer o uso da gravação em áudio no propósito

de não produzir material com informações de nomes de pessoas, provavelmente, envolvidas no tráfico de drogas nessas localidades. Como também, o registro de possíveis notícias de fatos delituosos recorrentes na convivência comunitária visto que atuo profissionalmente em alguns territórios.

Em outro momento, foi possível entrevistar três profissionais de nível superior na área da psicologia que atuam no Centro de Referência Especializado de Assistência Social no atendimento as famílias dos bairros de Santo Amaro e de Joana Bezerra sobre a percepção e o movimento da violência nestes locais no processo de atendimento familiar.

DESCRIÇÃO DOS DADOS COLETADOS

O recorte dos dados do estudo realizado pelo Ipea no documento Atlas da Violência: retratos dos municípios brasileiros, 2019, permite fazer a triangulação com os dados das entrevistas na perspectiva da análise do campo que foi investigado empiricamente na fonte de pesquisa documental, que corrobora na compreensão do objeto de estudo. Portanto, pôde-se coletar os seguintes dados:

- Dos 120 municípios em todo Brasil que acumulam 50% dos homicídios estimados em 2017, Recife aparece no ranking dos dez municípios de Pernambuco;
- Evolução dos homicídios nas capitais brasileiras, dentre essas, Recife aparece em 7ª posição;
- Os atuais níveis de violência se deve ao tráfico de drogas, acertos de contas e CVLI'S (crimes violentos letais intencionais);
- “O abismo de desenvolvimento humano entre os vinte municípios mais violentos e o mais pacífico do Brasil”, o estudo conclui: “a média percentual de jovens entre 15 e 24 anos que não estudavam, não trabalhavam e eram vulneráveis à pobreza era quatro vezes no conjunto dos mais violentos” (p. 41).
- [...] antes da violência e da morte prematura de jovens nos territórios mais violentos, já houve inúmeras mortes simbólicas, uma vez que a sociedade residente nesses locais não teve acesso a condições de desenvolvimento infantil, a oportunidades educacionais e ao mercado de trabalho na juventude, nem a bens culturais e materiais, parte do ideal de sucesso nas modernas economias de mercado (p. 41).

Resultado das questões abordadas pelas profissionais do CREAS sobre o investimento público, com recorte a PEC do “Teto dos Gastos” que significa redução dos investimentos sociais por 20 anos:

as profissionais responderam que têm conhecimento dessa medida do governo federal. E sabem que haverá impactos na vida das famílias pobres. No entanto, há um desconhecimento dessa questão por parte das famílias atendidas no CREAS.

Sobre os tipos de violações de direitos no territórios das famílias atendidas, as profissionais responderam:

abandono; negligência, mendicância; trabalho infantil; desemprego, transtorno mental, miséria; ausência de políticas públicas eficazes; “famílias desestruturadas”.

Com relação as questões abordadas nas entrevistas com as moradoras dos bairros de Santo Amaro e de Joana Bezerra, apontaram as violações de direitos no cotidiano da comunidade:

Jovens aliciados pelo tráfico de drogas; desemprego; gangues em disputas pelo comércio ilícito de drogas; ausência de espaços públicos de lazer e cultura; poucas alternativas de profissionalização para os jovens.

ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS

No intento de responder o problema do estudo buscou-se o procedimento metodológico da triangulação de diferentes fontes de informação, como bem observa Creswell (2010). Outrossim, utilizamos análise de conteúdo: “o uso de inferências que partem da descrição dos conteúdos explícitos da comunicação para se chegar a dimensões que vão para além da mensagem. [...] podemos caminhar na descoberta do que está por trás dos conteúdos manifestos, indo além das aparências do que está sendo comunicado (GOMES, 2009, p. 84).

O uso dos métodos de coleta de dados (análise de documento e entrevista) possibilitou compreender o problema da violação de direitos na perspectiva de problematizar à questão social da violência que emergem no cotidiano das relações estruturadas pelo sistema dominante de classes em que as expressões da violência nos territórios têm raízes nas relações nas desigualdades de acesso aos bens socialmente produzidos.

Nessa proposição de se pensar as violações de direitos nos territórios, se faz necessário o debate dessas questões no âmbito local e global. A partir dessa perspectiva, a violência incide diretamente no espaço urbano social. Mas há uma violência em nível macro não perceptível pelos cidadãos comuns, principalmente aqueles que vivem as relações cotidianas na comunidade.

Fala-se, hoje, muito em violência e é geralmente admitido que é quase um estado, uma situação característica do nosso tempo. Todavia, dentre as violências de que se fala, a maior parte é sobretudo formada de violências funcionais derivadas, enquanto a atenção é menos voltada para o que preferimos chamar de violência estrutural, que está na base da produção das outras e constitui a violência central original. Por isso, acabamos por apenas condenar as violências periféricas particulares (SANTOS, 2015, p. 55).

Nessa direção, merece atenção os dados produzidos pelo estudo do Atlas da Violência: retrato dos municípios brasileiros, 2019 ao apontar os índices de violência letal na cidade do Recife na totalidade de todos os bairros. Vale ressaltar o recorte longitudinal deste estudo na perspectiva de se investigar as evidências empíricas trazidas pelas entrevistadas das comunidades dos bairros de Santo

Amaro e Joana Bezerra que compreendem a violência nas ações de grupos/facções do crime que atuam na comunidade.

Por outro lado, o relatório do Ipea (2019) traz à baila a análise dos índices de violência letal como fenômeno de uma sociedade adoecida, mas que a realidade da morte precoce da população juvenil dos guetos existe a situação das “mortes simbólicas”. Considerando essa questão, o presente estudo identifica as violações de direitos no estágio de se verificar “as mortes simbólicas”, antes mesmo, da facticidade dos dados estatísticos das mortes violentas nos territórios. Entendendo-se por “mortes simbólicas” as situações das violações de direitos nos territórios pelas profissionais do CREAS:

Psicóloga 1

Estão presentes no territórios e se apresentam em muitas situações por conta da situação de vulnerabilidade relacionadas à mendicância, por conta da violência que existe no território, também. A violência doméstica também, tem relação com a violência que está presente no território. E também com as dificuldades que as famílias vivenciam. As questões de vulnerabilidades socioeconômicas, também acabam provocando violência entre a família, entre os componentes da família. E, ela está presente no território na falta de políticas públicas. [...] Nas comunidades por conta do tráfico. E de outros fatores também: o machismo. E, também, por conta da falta de políticas públicas que as famílias não têm acesso aos serviços, aos programas que poderiam protegê-las das violações.

Psicóloga 2

As mães vão para o lugar da mendicância, e muitas acabam levando os filhos, também. Faltam vagas em relação à creche, alternativa que essa família possa escolher em deixar a criança em uma creche, ou levar. Ela não tem escolha, ela não tem opção. Muitas vezes, elas vão para rua pela necessidade. Correm riscos ...

Diante dessas questões, o estudo do Atlas da Violência menciona a situação de risco da juventude entre 15 e 24 anos nos territórios violentos excluídos dos bens materiais socialmente produzidos. Nesse sentido, o resultado coletado na pesquisa revela que as famílias não têm conhecimento dos rumos políticos da aplicação dos recursos públicos no que se refere à aprovação da Emenda Constitucional 95/2016, que propõe o congelamento dos investimentos em políticas de saúde, educação, assistência social. Essa questão, tem rebatimento direto na vida das famílias pobres, acentua, ainda mais, o processo de exclusão social que pode ser visto nos territórios periféricos.

Psicóloga 1

Eu tenho que informar na medida do possível no acompanhamento, associar, a realidade política que a gente vive, mas de um modo geral as famílias não percebem de imediato essa relação.

Psicóloga 2

Tratando da violação, da prática da mendicância, do trabalho infantil, pouquíssimas famílias têm ciência dessa responsabilização que elas podem sofrer. Mas, enquanto retrocesso que

estamos vivendo hoje, enquanto política, enquanto fragilidade e medo de perder a própria política de assistência, eu percebo que falta esclarecimento dessas famílias sobre isso.

Psicóloga 3

Eu acho que as famílias que a gente vem acompanhando, realmente, elas não têm essa concepção em relação a essa situação que vem ocorrendo. Principalmente, hoje, né! Diante desse retrocesso todinho que a gente vem tendo. Então, não vejo não!

No sentido de desvelar a realidade cotidiana na efervescência das causas determinantes da violência que tem suas raízes na desigualdade das condições humanas decorrente da adoção de medidas da política econômica no atual estágio do capitalismo buscou-se fazer a intersecção: território e expressões da violência que atinge as famílias a partir do apanhado dos dados das entrevistas consubstanciado no entendimento de Santos (2015, p. 66).

O discurso que ouvimos todos os dias, para nos fazer crer que deve haver menos Estado, vale-se dessa mencionada porosidade, mas sua base essencial é o fato de que os condutores da globalização necessitam de um Estado flexível a seus interesses. As privatizações são a mostra de que o capital se tornou devorante, guloso ao extremo, exigindo sempre mais, querendo tudo. Além disso, a instalação desses capitais globalizados supõe que o território se adapte às suas necessidades de fluidez, investindo pesadamente para alterar a geografia das regiões escolhidas. De tal forma, o Estado acaba por ter menos recursos para tudo o que é social [...].

Nessa esteira, se tratando do olhar crítico para a realidade cotidiana na comunidade de Santo Amaro, a entrevistada L.M.L (38 anos) manifestou desapontamento com a situação da condução da política pública de inclusão social para os jovens: “Não há projetos de cursos profissionalizantes para os jovens, aqui”. “O tráfico na comunidade é pesado”. “Para entrar é fácil!” “Para sair, tem que deixar a comunidade”. Esse diálogo converge com o sentido “mortes simbólicas”, relatório do Ipea (2019), a despeito da situação dos jovens dos territórios periféricos, excluídos dos bens culturais e materiais; do trabalho.

Ainda, com referência ao estudo do Atlas da Violência, Ipea, o relato acima (L.M.L) faz referência a situação das causas mortes por Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI's) de jovens são motivados pelo tráfico de drogas. Nessa circunstância, pode inferir que há uma guerra silenciosa nas periferias dos centros urbanos que concorre *pari passu* na completa ausência do Estado social.

A entrevistada C.C.S (16 anos) trouxe a incidência do tráfico de drogas na comunidade de Joana Bezerra como algo banal, corriqueiro no cotidiano local. Se referiu ao comércio ilícito da droga como ocorrência natural do meio em que vive. “Os meninos vendem, repassam drogas na comunidade; todo mundo ver”. Nesse ponto da entrevista, percebe-se ausência de criticidade sobre os determinantes que causam as violações de direitos presentes no território. Por outro lado, C.C.S

representa os jovens de seu tempo, com perfil social de cor parda/preta, baixa escolarização, local de moradia periférica que não esboçam sonhos, projetos de vida futura.

Sob lúcida análise, Santos (2015) compreende o porquê da “desilusão” dos jovens que vivem na periferia dos territórios.

Num mundo tão complexo, pode escapar aos pobres o entendimento sistêmico do sistema do mundo. Este lhes aparece nebuloso, constituído de causas próximas e remotas, de motivações concretas e abstratas, pela confusão entre os discursos e as situações, entre a explicação das coisas e a sua propaganda. Mas há também a desilusão das demandas não satisfeitas, o exemplo do vizinho que prospera, o cotidiano contraditório. [...] (p. 133).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As violações de direitos estão presentes nas relações sociais cotidianas. Seus determinantes estão assentados no sistema de produção e reprodução social capitalista. O estudo buscou discutir as violações de direitos nos territórios das comunidades de Santo Amaro e Joana Bezerra a partir da vivência e experiências dos profissionais do CREAS e comunitárias na interface do conhecimento teórico metodológico crítico.

Tão necessário discutir a temática do território como locus de forças sociais que emergem na dinâmica das contradições presentes na sociedade de classes, se faz necessário refletir os conflitos que se agudizam no processo das violências contra a dignidade humana. A importância desse trabalho nos faz pensar as violações de direitos nos territórios periféricos que segregam vidas à situação de morte. Se ocorrem violações nos territórios, quais os seus determinantes? São questões importantes para serem refletidas na perspectiva do protagonismo social de homens e mulheres como proposta de uma participação ativa de mudança social.

Nessa perspectiva, o presente estudo buscou compreender a dinâmica do território como espaço vivo, a partir das contribuições teóricas de Milton Santos que na sua genialidade soube descrever o território como locus de relações sociais nas dimensões dos processos histórico, cultural, político na interface das transformações do mundo global. Ao buscar a relação teoria e prática no presente estudo, pode-se debater algumas questões dos territórios dos bairros de Santo Amaro e Joana Bezerra a partir do conhecimento empírico de profissionais da política de assistência social, como também, retratar aspectos do cotidiano das violações de direitos das moradas das referidas comunidades.

Por fim, sob o amparo do relatório do Ipea (2019), foi possível o diálogo e análise de dados de forma coerente e verdadeira da temática violência nos territórios no desvelar da complexidade sobre os seus determinantes e condicionantes.

REFERÊNCIAS

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Magda Lopes; consultoria, supervisão e revisão técnica desta edição Dirceu da Silva. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução Joice Elias Costa. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GOMES, Romeu. **Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa**. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. (Orgs.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, Rio de Janeiro, 2009.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/21/atlas-da-violencia-dos-municipios-brasileiros2019>. Acesso em 10/11/2019.

SANTOS, Milton. **O dinheiro e o território**. In: SANTOS, Milton. BECKER, Bertha. (Orgs.). In: **Território, Territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ª ed. Rio de Janeiro, 2007.
_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

SHERTH, D. L. **Micromovimentos na Índia: para uma nova política de democracia participativa**. Tradução de Victor Ferreira. In: SANTOS, Boaventura de Sousa. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.